



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

Proposta de Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 1º O parágrafo 2º do artigo 47 da Constituição do Estado do Paraná passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 47. (...)”

§ 2º O Conselho da Polícia Civil, composto exclusivamente por Delegados de Polícia, preferencialmente da classe mais elevada, é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle de ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais civis;”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Fernando Scanavaca, Alexandre Curi, Enio Verri, Tadeu Veneri, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Teruo Kato, Nelson Justus, Ney Leprevost, Antonio Belinati, Valdir Rossoni, Wilson Quinteiro, Elio Rusch, Rosane Ferreira, Neivo Beraldin, Luiz Fernandes Litro, Luiz Claudio Romanelli, Cida Borghetti, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier, Luciana Rafagnin, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró e Dr. Batista.

JUSTIFICATIVA:

A presente Proposta de Emenda Constitucional justifica-se em virtude do parágrafo segundo do artigo 47 da Constituição Estadual do Paraná definir somente as atribuições do Conselho de Polícia Civil, nada dispondo sobre sua composição, a qual está prevista em lei complementar estadual.

No entanto, consideramos fundamental que sua composição esteja definida de forma expressa no texto constitucional, bem como seja formada exclusivamente por Delegados de Polícia, por tratar-se de unidade de nível de direção da Polícia Civil, cuja instituição é consagrada no artigo 144 da Constituição Federal, trazendo assim segurança jurídica ao importante órgão.

A Lei Complementar Estadual nº 014/82, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 098/03, inseriu os incisos IV e VII ao artigo 6º da referida lei, os quais incluíram na composição do Conselho de Polícia Civil dois representantes do Ministério Público e um representante da Procuradoria Geral do Estado. Entretanto, consideramos que a presença de representantes exógenos à Polícia Civil apresenta vício de inconstitucionalidade, conforme segue:

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cuja

organização, atribuições e o estatuto de cada Ministério Público serão estabelecidos por lei complementar da União e dos Estados, sendo que a seus membros é vedado exercer qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério (artigo 127 e artigo 128, parágrafo 5º, inciso II, alínea “d” da Constituição Federal 1988).

Ainda, dentro as funções institucionais do Ministério Público, o inciso IX do artigo 129 da Constituição Federal coloca a atribuição para exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Por conseguinte, as atribuições do Parquet, dentre elas o controle externo da atividade policial, deve ser regulada através da lei complementar, que no Estado do Paraná trata-se de Lei Complementar nº 085/99.

Este comando legal, em seu artigo 57, inciso XII, dispôs acerca de controle externo na atividades policial, visando a atividade de persecução penal e controle de ilegalidades ou abuso de poder, ou seja, restringiu-se na atividade fim de polícia judiciária e não nas atividades meio, executadas pela Polícia Civil, de ordem administrativa.

Caso a Constituição Federal quisesse que membros do Ministério Público compusessem órgãos de Segurança Pública, o faria de forma expressa; entretanto, nada discorreu acerca deste ponto.

A Polícia Civil, por outro lado, é instituição permanente e essencial à função de Segurança Pública, fundamentando-se na hierarquia e disciplina (artigo 47, *caput* e parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo qualquer subordinação hierárquica entre membros do Ministério Público e Delegados de Polícia, uma vez que são instituições distintas e com funções diversas e delimitadas constitucionalmente.

Do modo como está a composição do órgão colegiado, o Ministério Público encontra-se dentro de uma unidade da Polícia, em nível de direção, que é subordinada ao Secretário de Estado da Segurança Pública que, por sua vez, é subordinado ao Governador do Estado, representante do Poder Executivo.

Tendo em vista a inconstitucionalidade da presença do Ministério Público no Conselho de Polícia Civil está em trâmite a ação direta de inconstitucionalidade de número 2926, perante o Supremo Tribunal Federal. A tendência é de que a Corte Constitucional derrube a presença do Ministério Público no Conselho de Polícia Civil, conforme precedente do próprio Tribunal, em que se negou segurança a promotor de Justiça para exercer cargo administrativo junto ao Executivo (MS 26595).

Quanto aos Procuradores do Estado, pelo dispositivo constitucional, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas (artigo 132 da Constituição Federal de 1988), sendo a advocacia do Estado do Paraná uma função

institucionalizada e organizada pela Lei Complementar Estadual nº 026/85, que possui como único órgão de execução a Procuradoria-Geral do Estado, diretamente vinculada ao Governador do Estado.

Pela leitura dos preceitos supra, dá-se a impressão de que a presença da Procuradoria-Geral do Estado, dentro de uma unidade de direção da Polícia Civil, não é ofensiva ao sistema jurídico, uma vez que faz parte do Poder Executivo. Todavia, esta não é a visão a ser aceita, em virtude de demarcação constitucional e legal das funções da Procuradoria-Geral.

O artigo 124 da Constituição Estadual determina a competência da Procuradoria-Geral, no mesmo sentido de disposição constitucional federal - acrescentando matéria de unificação de jurisprudência administrativa do Estado - para a realização de processos administrativos disciplinares (nos casos previstos em lei) e orientação jurídica aos Municípios (de forma complementar ou supletiva).

Já o artigo 5º inciso VII do Estatuto da Procuradoria Geral do Estado dispõe que, ente as atribuições do Procurador Geral é indicar nomes de integrantes da

carreira para presidirem ou integrarem comissões de processos administrativos e sindicâncias no interesse da Administração Pública.

A despeito da previsão da realização de apuração de infrações administrativas, denota-se que tal dispositivo se aplica apenas em situações em que o sistema legal estadual não preveja mecanismos específicos da realização dos processos disciplinares respectivos, não ocorrendo em relação ao regime disciplinar da Polícia Civil, que possui normatização estrutural e procedimental própria, concentrando-se as funções na Corregedoria Geral da Polícia Civil.

Salienta-se, também, que é vedado aos Procuradores do Estado o exercício de qualquer outra função pública, salvo o magistério - artigo 125, parágrafo 3º, inciso II, da Constituição Estadual.

Diante do exposto, consideramos fundamental que o Conselho de Polícia Civil seja composto tão somente por Delegados de Polícia, preferencialmente da classe mais elevada, tendo em vista os fundamentos da hierarquia e disciplina.